



ATA N.º 06/2021

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e cinquenta minutos, realizou-se no auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, Pedro Miguel Pinto Marques, Carla Nascimento Marques Abegão, João Nunes Vieira, Carolina Maria Pires de Sousa, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Anabela Delgado Zarro Balau - eleitos pelo Partido Socialista; Tânia Gandaio da Silva, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Rui Pedro Marques Venâncio, Edmundo José Couto Barbosa, Susana Dinis Gonçalo - eleitos pelo Partido Social Democrata; Sara Louração Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho, Helena Isabel Copa da Silva - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira - eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Samuel Azinheira de Oliveira, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Solicitaram a substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda, Aníbal Mota Freire, do Partido Socialista e Vasco Frederico Pires de Sousa, da Coligação Democrática Unitária. -----

O Executivo composto pelos Senhores Walter Chicharro, Regina Matos, Manuel Sequeira, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e João Paulo Delgado, esteve presente na sua totalidade. -----

Antes de se iniciarem os trabalhos, tomou posse como membro da Assembleia Municipal a

Senhora Sara Louraço Vidal Correia da Silva, eleita pelas listas da Coligação Democrática Unitária.-----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

A Senhora Sara Vidal efetuou uma interpelação à Mesa, indicando a necessidade de se melhorar a comunicação entre a Mesa da Assembleia e o Órgão; entende que a reunião da Comissão Permanente não deveria ter acontecido, que respeitaram, sendo esta uma sessão extraordinária, da responsabilidade de quem a convoca, não podendo a ordem de trabalhos ser alterada.-----

Lembrou o disposto no Regimento da Assembleia nos seus artigos 49.º e 50.º, no que respeita à constituição das Comissões ou Grupos de Trabalho.-----

O Senhor Presidente referiu-se à existência do artigo 53.º, relativo à constituição da Comissão Permanente, que leu e informou sobre os procedimentos efetuados nestas reuniões, nos dois últimos mandatos, entendendo, salvo melhor opinião, estarem corretos.-----

O Senhor António Absalão solicitou o uso da palavra para se referir ao artigo 28.º do Regimento, que indica que as sessões da Assembleia têm habitualmente lugar do edifício dos Paços do Concelho e não acontecendo esta situação questionou o Senhor Presidente, sobre a mesma, pretendendo que o estipulado no regulamento seja cumprido.-----

O Senhor Presidente, informou que as sessões deixaram de ser efetuadas no edifício dos Paços do Concelho – Sala das Sessões, devido às condições de segurança, quando principalmente tinha muita gente. Poderá atualmente já ter as condições para o efeito, e as sessões têm sido efetuadas em outros edifícios pertencentes ao Município e tomou nota da reclamação apresentada, à qual irá posteriormente responder.-----

O Senhor José Sales informou a Assembleia, que a Senhora Carolina Silva não tinha ainda chegado à sessão, devido a estar retida na auto estrada, ao que o Senhor Presidente respondeu que quando chegasse, entraria na sessão.-----

De imediato, passou-se à: -----



ORDEM DO DIA

1. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUE INTEGRARÃO A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO OESTE – Apreciação e votação

O Senhor José Sales solicitou o uso da palavra, informando que o Partido Socialista, tal como já tinha referido em sede da Comissão Permanente, tinha uma proposta para que a lista fosse constituída por dois elementos efetivos do Partido Socialista, um elemento efetivo e um suplente do Partido Social Democrata e um elemento efetivo e um membro suplente da Coligação Democrática Unitária, estando aberto a outras sugestões.-----

A Senhora Tânia Gandaio informou que o Grupo do Partido Social Democrata também concorda com a proposta de uma lista conjunta, estando disponível para votar qualquer proposta.-----

O Senhor Presidente questionou sobre o método a utilizar para esta eleição, se seria o método de Hondt, ao que a Chefe da Divisão Administrativa, solicitada para o assunto, informou que este método poderia ser utilizado ou outro, se a Assembleia assim o entender e leu o articulado do artigo 83.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que se reporta ao ponto um, em apreciação. -----

O Senhor Presidente sugeriu que fosse interrompida a sessão por cinco minutos, para que as Forças Políticas reunissem para se encontrarem os nomes para as propostas.-----

Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente informou que foi acordado pelas Forças Políticas, a existência de uma lista conjunta da Assembleia Municipal. -----

O Senhor José Sales informou ter-se chegado a um entendimento entre todas as Forças, apresentando os seguintes elementos:-----

José Alexandre Serra Sales, Carla Alexandra Marques Abegão, do Partido Socialista, Tânia Gandaio da Silva, do Partido Social Democrata e Vasco Frederico Pires de Sousa, da Coligação Democrática Unitária, todos como membros efetivos; Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa,

do Partido Social Democrata, Samuel António Constantino, da Coligação Democrática Unitária e João Nunes Vieira, do Partido Socialista, como membros suplentes.-----

Na votação realizada por escrutínio secreto, o assunto foi aprovado, por unanimidade, com vinte e três votos a favor. -----

2. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO, TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA) QUE, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA, PARTICIPARÁ NOS CONGRESSOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Apreciação e votação

O Senhor José Sales informou que em sede da Comissão Permanente, o Partido Socialista apresentou uma lista composta pelos Senhores Joao António Portugal Formiga, Presidente da Junta de Freguesia de Nazaré, como efetivo e Samuel Azinheira de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, como suplente e que agora volta a propor.-----

A proposta foi aceite por unanimidade.-----

Efetuada a eleição por escrutínio secreto, foi aprovada com vinte e dois votos a favor e uma abstenção.-----

Sendo vinte e uma horas e quarente e dois minutos, a Senhora Carolina Maria Pires da Silva passou a tomar parte nos trabalhos, ocupando o seu lugar na Assembleia.-----

3. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE OESTE NORTE DA ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO – Apreciação e votação

A Senhora Tânia Gandaio apresentou a seguinte proposta:-----

“A Bancada do PSD, vem nos termos do DL n.º 28/2008, de 22/2, no seu art.º 31. al. b) designar para representar o Município da Nazaré, atendendo á sua experiência autárquica e trabalho efectuado neste órgão nos últimos 8 anos, 4 dos quais pela bancada do Partido Social Democrata enquanto independente, além de ser uma profissional na área da saúde (enfermeira) com



experiência e reconhecidos valores a cidadã — Zélia Maria Pereira da Costa PISOEIRO, consideramos ser uma mais valia para a dinamização daquele órgão.”-----

A proposta foi aceite por unanimidade.-----

*Seguidamente, tomou a palavra o **Senhor Samuel Fialho** que efetuou a seguinte intervenção:-----*

“Importa apenas esclarecer-nos se os mandatados em exercício têm cumprido com o seu trabalho e se há necessidade de mudança e porquê. -----

Isto porque, lembramos que o exercício do mandato são três anos, tal como se refere no extracto da Lei que enviaram, por isso depreende-se que estejam no início do primeiro ano do seu segundo mandato, dado terem sido eleitos no início do mandato autárquico anterior. -----

Também não vimos nada no documento que diga que o mandato coincide com o exercício do mandato autárquico. -----

Gostávamos de ser esclarecidos sobre isto que referimos!”-----

*Dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, informou pensar que o mandato está adstrito ao mandato autárquico, tal como acontece em outras Entidades existentes na nossa área do Oeste.-----*

*O **Senhor Presidente da Assembleia** recordou que a eleição para o anterior mandato também ocorreu no início do mandato autárquico.-----*

*O **Senhor Presidente** informou que a Assembleia estava completa, contando-se com vinte e quatro eleitores e informou o resultado da votação efetuada por escrutínio secreto, sendo deliberado eleger a Senhora Zélia Maria Pereira da Costa PISOEIRO, com vinte e dois votos a favor e duas abstenções.-----*

*A **Senhora Sara Vidal** questionou quanto à legalidade da votação, dado a Senhora Carolina Silva ter apenas agora tomado parte na eleição efetuada, podendo ser considerada ilegal, ao que o*

Senhor Presidente respondeu que se iria arriscar, porque a Senhora Carolina tinha chegado neste ponto.-----

4. ELEIÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES, EM REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA NAZARÉ – LEI 147/99, DE 1 DE SETEMBRO (ALÍNEA L) DO ARTIGO 17.º – Apreciação e votação

A Senhora Tânia Gandaio, apresentou a proposta que se transcreve:-----

“A Bancada do PSD, vem nos termos da Lei 147/99 de 1 de Setembro, no seu art.º 17, de acordo com os critérios da proporcionalidade dos eleitos na Assembleia Municipal, apresentar a seguinte proposta de lista a nomear pelas respetivas bancadas: -----

-1 membro por cada bancada;-----

Sendo que o PSD designa Sandra Baltazar, profissional idónea da área de psicologia, profissional experiente e com todos os critérios de ponderação e interesse na área da infância e da protecção dos menores do concelho da Nazaré.”-----

A Senhora Telma Ferreira informou que o Bloco de Esquerda não iria apresentar qualquer nome para esta Comissão de grande responsabilidade. Lembrou que na última Comissão, o membro Jorge Ribeiro, do Bloco de Esquerda, foi o único que participou em todas as reuniões; tal como já tinha indicado na reunião da Comissão Permanente, entende que o eleito deveria se responsabilizar pelo compromisso que está a assumir. -----

A Senhora Sara Vidal apresentou a seguinte proposta:-----

“O grupo municipal da CDU na AMN apresenta para discussão e votação a seguinte proposta, neste ponto 4 da Ordem do Dia: -----

Tendo em conta a necessidade da designação de quatro eleitores do concelho, conforme a alínea l) do Artigo 17.º, da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, CPCJ da Nazaré, a CDU propõe que um dos nomes à eleição seja o de: -----



Lara Borges Lopes, mestrada em Medicina pela Universidade de Lisboa, especialista em Psiquiatria, inscrita na Ordem dos Médicos com o número 52874, trabalha no âmbito da saúde mental desde 2014.-----

Tem experiência com jovens e adultos com patologia mental, com intervenção directa neste contexto.” -----

O Senhor José Sales informou que, tal como já tinha indicado na reunião da Comissão Permanente, o elemento a indicar será a Senhora Carolina Maria Pires da Silva e quanto à questão apresentada pela Senhora Telma Ferreira, pois estas Comissões são extremamente importantes, e estas questões devem sobrepor-se a todos os horários de trabalho, já tendo falado sobre este assunto em reunião da Comissão Permanente, é de que as reuniões da Assembleia sejam realizadas em período diurno, podendo ponderar-se a mudança dos horários da realização das assembleias para horário diurno.-----

A Senhora Telma Ferreira em resposta, disse que essa situação poderá ser discutida e que o Partido Socialista com esta ideia pretende destruir um Regimento que é o mais democrático e mais completo, dos existentes no distrito de Leiria, e assim destruir o tempo de antena da Oposição, com a pretensa mudança dos horários das sessões de noturnas para diurnas, não podendo as populações a estas assistir, de modo a que a população não assista às sessões já que estas são transmitidas em direto, dando-se um passo atrás na democracia e transparência e lembrou que no concelho de Pombal as sessões são realizadas em período diurno e ali se verifica a miséria democrática existente.-----

Finalizando a sua intervenção, recordou que se há membros que vão ser votados nesta eleição e sabendo-se o horário a que estas reuniões são realizadas, se um elemento começa a faltar a uma ou duas, começa a faltar a todas.-----

O Senhor Samuel Fialho interveio dizendo que esta ideia do Partido Socialista na alteração ao

Regimento será o ataque mais vil à democracia neste concelho e que poderão contar com a forte oposição da Coligação Democrática Unitária a esta pretensão.-----

O Senhor José Sales pretendeu defender o seu ponto de vista, dizendo que não há ataques à democracia e o que apresentou em sede da Comissão Permanente, não foi nada do que aqui foi falado e recordou os horários de realização de outras Assembleias como a do Parlamento, em Lisboa.-----

Faltando ainda a indicação de um nome, o Senhor José Sales indicou o nome do Senhor Júlio Estrelinha, não tendo havido objecção por parte das outras bancadas.-----

Assim, foi apresentada proposta conjunta da Assembleia, indicando Sandra Cristina Baltazar Rodrigues, Lara Borges Lopes, Carolina Maria Pires da Silva e Júlio Alexandre Cibreiros Estrelinha, que colocada à votação por escrutínio secreto, foi aprovada, com vinte e três votos a favor e uma abstenção. -----

**5. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO CONSULTIVA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA NAZARÉ –
Apreciação e votação**

A Senhora Sara Vidal efetuou a seguinte intervenção:-----

“ Neste ponto gostaríamos de ser esclarecidos sobre o seguinte: -----

1 – Quem foram os representantes da AMN nesta Comissão nos últimos anos? -----

Mais perguntamos:-----

2 – Quantas reuniões tem habitualmente este órgão? Ou quantas teve no mandato anterior? -----

3 – E em quantas reuniões já participou o representante da AMN? -----

4 – Que assuntos/participação têm sido colocados naquela comissão e quantos já foram resolvidos pela intervenção desta comissão na revisão do Plano Director Municipal (PDM)?

Sendo que é a AMN que elege o elemento representante da AMN naquela comissão, perguntamos ainda: -----



5 – Quantas informações sobre o estado da alteração do PDM já foram prestadas à AMN? -----

6 – Como se pretende que aconteça no futuro essa prestação de informação? -----

7 – Sempre que exista uma reunião daquela comissão a AMN será informada da sua existência e do que se passou? Por exemplo! -----

8 – O que faz, ou tem feito, realmente esta Comissão?-----

O **Senhor Presidente** informou que é ele próprio o representante da Assembleia e de que nada de relevante se passou, tendo ido apenas a uma reunião e que concorda que os relatórios que venham daquela Comissão, sejam apresentadas à Assembleia Municipal.-----

A Senhora Tânia Gandaio apresentou proposta indicando o Senhor António Absalão Ova dos Santos, à qual foi atribuída a letra A e o Senhor José Sales apresentou proposta, indicando o Senhor José António Ramalhal Lopes, a que foi atribuída a letra B.-----

Colocadas à votação, por escrutínio secreto, a lista A obteve dez votos favoráveis e a lista B obteve treze votos favoráveis, tendo-se registado uma abstenção, sendo assim aprovado o nome do Senhor José António Ramalhal Lopes. -----

6. ELEIÇÃO DE ATÉ CINCO REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – Apreciação e votação

A Senhora Tânia Gandaio apresentou a seguinte proposta:-----

“ Nada obstatos à indicação dos 3 presidentes de junta, no então, propomos de modo a completar o que a lei invoca, propomos indicar mais 2 representantes das freguesias, de modo a integrar a dita lista por parte do PSD na área das florestas: -----

- Rogério Manuel Almeida Rebelo Isabel (Bombeiro há 22 anos e residente em Casais de Baixo — Famalicão) e Susana Gonçalo (Nazaré);”-----

O **Senhor Presidente**, tendo dúvidas sobre esta questão, dado o concelho ter apenas três

freguesias e possibilitar-se a indicação até cinco elementos, a **Dra. Helena Pola** informou que nos termos do indicado na lei, a Assembleia poderá designar até cinco elementos para integrar a Comissão.-----

O **Senhor José Sales** informou que a proposta do Partido Socialista, tal como tinha indicado na reunião da Comissão Permanente é de se manter os três Presidentes de Junta.-----

A **Senhora Sara Vidal** apresentou a proposta que se transcreve:-----

“O grupo municipal da CDU na AMN apresenta para discussão e votação a seguinte proposta, neste ponto 6 da Ordem do Dia: -----

Considerando os documentos referentes a este ponto, recebidos e trabalhados pelos eleitos da nossa força política. -----

Considerando, ainda, a falta de atenção da Mesa da AMN, no que se refere aos assuntos que coloca na ordem de trabalhos e nos documentos que são enviados à AMN. -----

Considerando também a CDU, que o pedido de eleição de representantes das freguesias para a Comissão identificada, e destacada na fotocópia, já não se justifica. -----

Considerando, por fim, que o referido Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelecia as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, foi, na sua totalidade, revogado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de Outubro. ----

Assim. -----

Os eleitos pela CDU, tendo em conta que a Lei em que se baseia o pedido registado neste ponto já se encontra revogada há mais de 15 dias, e já o estava quando foi marcada esta sessão da AMN, acontecendo ainda que na actual legislação o número de elementos a eleger para idêntica comissão são em número diferente do proposto, a CDU propõe à AMN: -----

A retirada do ponto.” -----

Questionada a **Dra. Helena Pola**, informou que o decreto entrava em vigor no dia 1 de janeiro de 2022, sem prejuízo de outras disposições, não podendo de momento dar mais informação.-----



Na sequência, o Senhor Presidente e existindo dúvidas, propôs a retirada do ponto e que, se assim o for necessário seja novamente apreciado em sessão futura.-----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto. -----

7. AQUISIÇÃO DE “TERRENO SOBRENTE - BAIRRO DOS PESCADORES” – NAZARÉ –

Apreciação e votação

O Senhor António Absalão solicitou a palavra e sobre o assunto disse que “o assunto não bate a bota com a perdigota”, tendo efetuado uma resenha do processo, mediante os documentos agora apresentados, como mais adiante está explanado na declaração do Partido Social Democrata.---

A Senhora Helena Copa da Silva efetuou a seguinte intervenção escrita:-----

“Nada temos contra o procedimento de aquisição do terreno em causa, desde que haja possibilidades financeiras para isso e o mesmo tenha sido autorizado pela Direcção executiva do Fundo de Apoio Municipal (FAM). -----

No entanto, aqui o problema é a falta de assinatura do presidente da CMN a autenticar a deliberação da Câmara, tal como aparece normalmente em todos os documentos que são enviados à AMN e que julgamos ser imprescindível em qualquer deliberação. -----

E, aliás, como aparecem as assinaturas nas deliberações das entidades externas também em todos os restantes documentos que acompanham este procedimento. -----

Pelo exposto:-----

Colocamos à mesa a questão da legalidade ou ilegalidade, ou ainda de eventual futura nulidade processual, por o documento poder vir a ser aprovado sem a devida assinatura do Presidente da CMN junto da deliberação da CMN. -----

Aqui não está em causa outra coisa que não seja saber se o procedimento se pode achar completo sem essa assinatura. -----

Até porque, são estes documentos aqui trazidos que se tornam os documentos finais e oficiais de todo o procedimento. -----

Lembramos que, caso não esteja tudo bem, mais nada se pode fazer nesta sessão da AMN Extraordinária do que pedir a retirada do ponto. -----

E é isso mesmo que a CDU propõe.” -----

*O **Senhor Presidente** informou que os documentos estavam em conformidade para serem enviados aos senhores deputados e na sequência deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que este processo já tem muito tempo e disse perceber a questão levantada pela falta da deliberação por si exarada, nos documentos enviados; informou sobre todos os movimentos processuais deste assunto e sobre o acordo financeiro havido com o Instituto da Segurança Social, com a redução do valor a pagar; relativamente ao FAM, não se recorda se foi ou não efetuada pedido de autorização. -----*

*A **Senhora Dra. Helena Pola** informou que o documento enviado, foi o que é feito através do sistema informático, indicando que de futuro, todos os documentos a enviar serão sempre cópias dos originais. Informou ainda sobre a tramitação técnica do processo.-----*

*O **Senhor António Absalão** questionou ainda se houve alguma negociação sobre as mais-valias deste terreno.-----*

*O **Senhor Presidente da Câmara** informou que as negociações foram efetuadas entre entidades públicas e de bem, como está indicado nos documentos.-----*

*A **Senhora Dra. Helena Pola** esclareceu que juridicamente o processo está correto, conforme se pode constatar pela documentação e certidão anexa. -----*

*O **Senhor António Absalão** disse que face aos documentos apresentados não se consegue saber qual o terreno a adquirir.-----*



A Senhora Dra. Helena Pola disse que se consegue identificar o terreno, através de levantamento topográfico e georeferenciação e que o FAM não se pronuncia neste assunto, dado estar cabimentado em orçamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que este assunto é um mero ato de gestão, conforme previsto em orçamento. -----

O Senhor Samuel Fialho referiu-se à falta de assinatura neste ponto e entende que o assunto deve ser retirado dos trabalhos.-----

O Senhor Presidente disse entender a questão da falta da assinatura e referiu que não tem qualquer dúvida sobre o documento e o pedido de autorização, e lamentou que nas reuniões preparatórias esta questão não tivesse sido afluada.-----

O Senhor José Sales disse que da parte da bancada do Partido Socialista não existe qualquer dúvida sobre a documentação e que irão votar contra a retirada do ponto e que votarão a favor da compra do terreno.-----

Colocada à votação a proposta da retirada do ponto, foram apresentados doze votos contra dos membros do Partido Socialista e doze votos a favor dos restantes membros. Verificando-se empate na votação, o Senhor Presidente usou o voto de qualidade, sendo deliberado não retirar o assunto.-----

De imediato se passou à votação do assunto da aquisição do terreno.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com doze votos a favor dos eleitos do Partido Socialista, uma abstenção do Bloco de Esquerda e onze votos contra dos restantes membros. -----

A Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 7 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Durante a apreciação deste ponto, solicitámos esclarecimentos à Mesa sobre a falta da assinatura do Sr. Presidente da Câmara, junto da deliberação do executivo, no documento que faz parte do procedimento em análise e que dá seguimento ao envio do processo a este órgão para deliberação. -----

Das respostas recebidas, não ficámos totalmente esclarecidos sobre as questões colocadas sobre o procedimento, não tendo ficado a completa certeza se este estava eficaz para ser votado mesmo sem aquela assinatura no documento junto à deliberação da Câmara. -----

Outra questão que colocámos tinha a ver com: se do procedimento tido sido dado conhecimento ao Fundo de Apoio Municipal, (FAM).-----

Sendo este um assunto importante, visto tratar-se de uma compra de terrenos com um valor a pagar em dez anos e num momento em que o município está debaixo de uma intervenção financeira, por dívida excessiva, era importante para nós sabermos se tinha havido consulta à Direcção executiva do FAM e se esta tinha sido dada a devida autorização para a compra. A resposta do Sr. presidente da CMN foi que o FAM conhecia o valor desta compra apresentado no orçamento para 2021 e não o contestou. Esta resposta, não nos tranquiliza! -----

Também a resposta profissional dos técnicos, não foi no sentido de esclarecer-nos totalmente, nem à assembleia, da conformidade de todo o procedimento com a legislação em vigor no que respeita à dívida e consequentes investimentos, nomeadamente em compras de terrenos. Compreendemos essas respostas apenas por se tratar de um assunto de opções políticas do executivo e não técnicas. -----

Por tais factos, e por não nos sentirmos completamente esclarecidos com as respostas profissionais e políticas prestadas à AMN, a CDU vota contra.”-----

*A **Senhora Tânia Gandaio** apresentou a seguinte declaração de voto:-----*

“Deste ponto 7 da Ordem do Dia - referente à aquisição do “ Terreno Sobrante - Bairro dos Pescadores “ ou “terreno da feira “, aliás, de uma parcela de terreno a destacar de artigo maior



e único, para os fins de compra por parte do Município ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com o fim de edificação de estacionamento em patamares no modelo de silo automóvel. -----

Apesar desta bancada ter solicitado a retirada do ponto por considerar que o mesmo se encontra mal instruído por parte da Câmara Municipal, com a falta de elementos essenciais para uma votação por parte desta Assembleia, inclusive o artigo matricial que os Serviços juntaram aos documentos enviados por esta Assembleia não corresponde (caderneta predial e registo da conservatória) à parcela de terreno que o Município se propõe a adquirir. -----

O PSD reconhece; que o estacionamento é um drama real na Nazaré balnear e turística; -----

O PSD está ao lado de todos os projectos que sejam essenciais para a população e a economia do concelho, venham de que quadrante for; porque somos conscientes; -----

Veio a esta Assembleia Municipal um pedido a autorização para Câmara Municipal possa efectuar a aquisição de PARCELA DE TERRENO COM ORIGEM em terreno com algo como 18 770 MIL M2, dos quais algo como 13 257 MIL M2, são de desejo adquirir pelo Município para o fim que nos indicou a todos. -----

No entanto, esta Assembleia Municipal MERECE O RESPEITO QUE OS SR.S PROPONENTES NÃO TIVERAM POR ELA, E PORQUÊ? -----

- Apenas nos foi fornecida parte da documentação solicitada. -----

- Dos dados solicitados não nos é possível saber dos 18 MIL M2 QUAIS 13 257 MIL SERÃO DESTACADOS, nada foi dito, trazido, desenhado ou documentado com força legal para que possamos votar a favor com a convicção. -----

Esta bancada não pode aprovar a compra de uma parcela de terreno sem que se saiba qual a sua localização e composição exatas, foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que o

Instituto de Gestão Financeira e a Câmara Municipal da Nazaré tinham conhecimento e saberiam exatamente a localização e implementação da referida parcela de terreno. -----

Não obstante, esta declaração, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não conseguiu explicar com exatidão a localização da parcela e as suas confrontações. -----

Acreditando nas palavras do Senhor Presidente da Câmara, teria sido simples aos serviços camarários fazer chegar a esta bancada e a esta Assembleia Municipal a planta com a implantação do terreno e as suas confrontações, por este motivo e juntando a falta de rigor no registo da conservatória e caderneta predial, esta bancada solicitou a retirada do Ponto, o qual não obteve aprovação. -----

Posto isto, só nos resta votar CONTRA uma vez que ninguém compra um imóvel sem saber onde fica, a sua composição, as suas confrontações, o seu artigo e o seu registo na conservatória. -----

Em suma, esta bancada não pode votar a favor da compra de um imóvel sem saber a configuração e a sua localização. -----

- a configuração desta parcela a adquirir, e cujo interesse será do Município é a prova provada, da falta de rigor do Município neste campo. -----

- porque não podemos saber onde é a dita parcela a adquirir pelo Município, sendo a mesma desconhecida, e porque SOMOS, O SEU ORGÃO FISCALIZADOR, só após nos ser fornecida tal informação completa é que poderemos decidir em conformidade. -----

Cumpre-nos ter rigor e parcialidade atendendo que a Câmara Municipal tem um endividamento enorme, está sob a alçada do FAM, e nada é dito em relação a algum parecer deste organismo?

É uma necessidade do concelho, mais estacionamento, RECONHECEMOS QUE SIM, MAS também consideramos que existe da parte do executivo, o dever de bem gerir e de potenciar este investimento tão avultado para os munícipes deste concelho. -----

FINDO ESTA DECLARAÇÃO DE VOTO DEIXANDO CLARO: -----



Votamos contra, atendendo à falta dos elementos solicitados (cópia do registo na Conservatória do prédio que irá ser adquirido pelo Município e cópia da planta de localização / implantação do terreno com as suas confrontações) . que nos permitam ter conhecimento da localização exacta do terreno a adquirir; -----

Posto isto vem a BANCADA DO PSD, PEDIR QUE O EXECUTIVO respeite o povo e o retire da votação.”-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Solicitou a palavra o Senhor António Caria dos Santos que desejou um bom trabalho a todos. Alertou para as condições de trabalho existentes nesta sala, considerando que não tem as melhores condições para a realização das sessões.-----

Sobre a sessão hoje ocorrida, lembrou que houve um membro que entrou nos trabalhos cerca de uma hora após o seu início, referindo o articulado no Regimento da Assembleia.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e quatro horas, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de aprovada foi assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----

